



### O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA: O MUNDO DO TRABALHO E EXTRATRABALHO

**Genilda d’Arc Bernardes<sup>1</sup>**

Pretende-se aqui reconstruir o cotidiano do mundo do trabalho e extratrabalho dos operários que vieram de diferentes regiões brasileiras, deixando o seu povo, sua cultura para construir Goiânia. Busca-se reconstruir o cotidiano dos operários que, ao edificarem a nova capital, estabeleceram relações sociais, produziram cultura. Para tanto, buscou-se estudar os trabalhadores na indústria da construção civil, suas formas de participação, representação do mundo e organização sindical.

A construção da nova capital criou a modernização necessária ao novo empreendimento. Ela veio possibilitar o processo de urbanização, ampliando a estrutura de classe, pois a chegada dos imigrantes permitiu o surgimento da classe trabalhadora urbana e a fundação de entidades representativas da classe trabalhadora, como associações, sindicatos, federações, entre outros.

A reconstrução do cotidiano da vida dos trabalhadores efetivou-se a partir do resgate da memória, no caso o discurso oral que pelas características, possui um tempo específico e nos indica uma ordenação social captada através de ótica cujas informações são fornecidas pelos agentes constitutivos do objeto de estudo. Utilizou-se se também de pesquisa documental.

A vinculação do Estado com a construção de Goiânia se dá de maneira peculiar. De um lado há a própria idéia de transferência da capital utilizada pelo

1. Prof.<sup>a</sup> dra. colaboradora do Mestrado de Sociologia da UFG e Coordenadora do Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da UniEvangélica, Anápolis.

interventor como forma de sustentação política; por outro, é o Estado que vai assumir as despesas com as obras. O Estado assume para si a função de patrão, quando, ora exerce o papel de empresário, ora o de intermediário entre firmas construtoras e trabalhadores. Cabia a ele proceder à escolha do local em que se construiria a nova capital: a apropriação e distribuição das terras recebidas (doações), bem como a compra e troca de glebas quando necessário; a escolha do local que sediaría a nova capital, a contratação de urbanistas, arquitetos e engenheiros responsáveis pela elaboração do Plano Piloto, cujo projeto demarcaria limites e organização espacial interna na nova cidade; e, finalmente, a contratação de toda a mão-de-obra necessária à construção.

Durante o período de construção passaram pela Superintendência de Obras mais de quatro mil trabalhadores, número que aumentava ou decrescia segundo a quantidade de dinheiro disponível para prosseguimento das obras. A escassez de tais recursos gerava inevitáveis problemas sociais, mobilizações e greves dos operários, que não raro colocávamos em confronto com o Estado-patrão. Cabe aqui lembrar que a fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Goiânia data desta época.

A região escolhida, embora oferecesse requisitos topográficos indispensáveis para a construção da nova capital, apresentava dificuldades infraestruturais em termos de disponibilidades de materiais de construção; escassez de recursos humanos, pois não existia na região pessoal com habilitação adequada ao trabalho nas obras; e a dificuldade de atendimento relativo a alimentação, moradia, saúde, lazer aos trabalhadores recém-chegados de outras regiões.

Na época existia apenas um restrito comércio no município de Campinas, e a Cantina do Estado, que se constituía de compras improvisadas pelo Estado, era muito pobre no tocante à diversidade de produtos. Esta situação de escassez,

aliada ao sistema dos vales (que será discutido posteriormente), constituíram elementos de exploração da mão-de-obra trabalhadora.

Para implementar a construção da cidade utilizou-se de produção de matérias-primas locais, como madeiras, cerâmicas, cal, areia, saibro e outras necessárias e disponíveis na região, como também, de importação de azulejo, material elétrico, hidráulico, etc. Outras dificuldades advinham da exiguidade de verbas frente ao encarecimento resultante do fornecimento desordenado das indústrias em formação; dificuldades relacionadas ao transporte, quer para materiais locais, quer para os importados. Os caminhos existentes à disposição das construções eram em pequeno número e em péssimas condições de uso.

No tocante ao pessoal, inexistiam nas proximidades técnicos os operários qualificados. A opção consistiu em buscar mão-de-obra nos grandes centros. Para tanto, foi montado um escritório no Rio de Janeiro e outro em São Paulo, que recrutavam técnicos e operários.

No entanto, assim que se espalhou pelo país a notícia de que em Goiás construía-se uma cidade, durante meses seguidos chegaram a Goiânia levadas e levadas de trabalhadores com experiência e qualificação ou não. Eles vinham de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, principalmente. Deslocavam-se a cavalo, de carona e até a pé à procura de trabalho em Goiás. A Superintendência de Obras, também, contratou uma equipe de técnicos e auxiliares especializados, de conceituação e renome nacional e internacional.

O financiamento das obras constituía-se, assim, um verdadeiro problema. Para a construção da nova capital, o governo valeu-se de empréstimos contraídos pelo Estado do governo federal e de vendas de lotes de Goiânia. A carência e até mesmo a ausência de previsão de verbas muito influenciaram no cotidiano dos operários. Segundo o testemunho vida dos trabalhadores, se, por um lado ficaram por quatro, cinco e até sete meses sem receber, por outro, mostraram sua capacidade de organização, parando de trabalhar, realizando greves.

Com a construção de Goiânia, no plano político, evidencia-se uma nova rearticulação em termos de relações de poder e ainda o aparecimento de novas agremiações partidárias, inclusive de organização eminentemente de esquerda, com programas voltados para o socialismo, caso do Partido Comunista Brasileiro. São muitas as cartas de representantes deste partido ao interventor, opinando, tecendo sugestões ou até mesmo apoiando medidas. Constata-se também a participação de trabalhadores da construção civil como membro da diretoria do sindicato, filiados ao PCB, ou como candidatos a

cargos legislativos nas eleições de 1945. Goiás apresenta forma de produção e urbanização específicas em relação aos grandes centros do país. Trata-se de uma base econômica preponderantemente agropecuária, onde a presença da atividade industrial é inexpressiva e o setor de serviços apresenta os maiores índices na ocupação da força de trabalho. Daí, as maiores potencialidades do sindicalismo urbano ocorrer nas categorias do setor terciário.

Os operários que construíram Goiânia, em sua maioria, participaram de experiências comuns, homogêneas, nas obras, nas vilas onde moravam, nas suas relações com o comércio nascente, com o Estado, nas formas de representação e organização. O urbano que aí surge é constituído pela participação de sujeitos que, embora construtores deste próprio espaço, são privados, em sua grande maioria, de usufruírem do resultado da produção de seu trabalho.

### **A chegada dos trabalhadores**

Goiás, naqueles anos, se caracterizava como um Estado periférico, a pecuária era o setor dominante, ocupando quase toda a mão-de-obra disponível. Goiás possuía inexpressiva população, dispersa em vasto território, com grande maioria habitando o campo e uma pequena minoria nas cidades. De uma população ocupada de 14.409 pessoas, 118.986 (81,8%), dedicava-se à atividade primária, 23.684 (16,3%) à atividade secundária e 2.739 (1,9%), à atividade terciária (Campos, 1984). A mão-de-obra constituía um grave entrave para projeto de edificação de Goiânia. Para este problema buscou-se uma solução externa ao Estado, os escritórios de contratação de mão-de-obra. Segundo relatório apresentado por Jerônimo Coimbra Bueno, que à época respondia pela

chefia da Superintendência de Obras, “contratar todo o nosso pessoal nos grandes centros, isto resultou numa séria dificuldade para nós, porque: primeiro não poderíamos dar uma remuneração mais elevada que a usual em São Paulo ou no Rio [...] as dificuldades de viagem, de alojamento de pessoal”.

Os primeiros operários raramente vinham acompanhados de suas famílias, em sua maioria vinha só. Sua origem, entretantes, não se vincula apenas aos escritórios instalados no Rio de Janeiro e São Paulo. A notícia da construção de Goiânia motivou a saída de trabalhadores das várias localidades em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Seus relatos apontam as dificuldades vivenciadas por eles no decorrer de suas viagens:

Eu estava caçando um lugar pra trazer meus pais. Naquela época eu fiquei sabendo que tava sendo construída Goiânia. Saí assim adoidado, vim pra Barreiras, na Bahia, e lá fui vindo pra aqui, saí assim sem destino. Passei aqui, fui a Campo Grande, lá trabalhei no garimpo. Depois resolvi votar e quando cheguei aqui, aí enfiei a cara lá naquelas casas para os operários, grupo escolar, Cine-Teatro Goiânia. (Francisco Higino, chegou em 1939 a Goiânia)

Os operários vinham de Minas, do Maranhão, vinham da Bahia. Tinha uma história que eles vinham a pé. Então quando entravam no Estado de Goiás, eles brincavam que em Barreiras não tinha ninguém, todos tinham vindo para cá. Então eles perguntaram: É longe até Goiânia? E o pessoal respondia que tinha oitenta léguas e eles diziam: Aperte o pé que estamos chegando. (Miguel Kunisch, trabalhou na Superintendência de Obras a partir de 1936)

Vim com meu pai. Viemos de trem e naquele tempo a estrada de rodagem de Leopoldo de Bulhões para cá

– era abril, né, tempo de chuva – tava uma lama que Nossa Senhora! O motorista tinha hora que largava a estrada ia pelo meio do campo assim pra poder andar. A cidade aqui não tinha nada ainda, não, só uns prédios públicos lá na Praça Cívica e o Grande Hotel, num tinha mais nada. (Adolfo Boari, pedreiro, chegou a Goiânia em 1940)

Os trabalhadores recém-chegados eram encaminhados à Superintendência de Obras onde eram registrados e encaminhados aos canteiros de obras. A eles restava ainda a opção de trabalhar para empreiteiras particulares ou por conta própria. Não resta dúvida, no entanto, de que o Estado era o maior empregador desta mão-de-obra.

### **Condições de habitação e de vida**

Assim era Goiânia em seu início: uma extensa colina, onde não existia uma única casa para abrigar os que chegavam. O município de Campinas, em 1920, contava com uma população de apenas 4.445 habitantes. Já em 1943, segundo estimativas, a população do município de Campinas, incluindo Goiânia, apresentava uma população em torno de 18.970 habitantes.

Os primeiros trabalhadores que aqui chegaram instalaram-se em Campinas. Sobre esta época, nos conta o operário Sebastião Barbosa:

Campinas [...] não, não era longe. É que os indivíduos eram indivíduos de luta mesmo. Para quem estava no Rio, por exemplo, chorava. Como eu mesmo chorei um bocado. Eu não tinha costume mais. Quando saí daqui de Goiás, eu era muito novo. Então eu não tinha mais costume de andar a pé. Mas a gente sentia Campinas como elemento integrante da vida da gente. As pensões da gente eram em Campinas. As pensões de Campinas a gente tratava era de “pé de vaca”. Então, a gente saía de Campinas e ia a pé para essas construções. Mais tarde, nós tivemos um ônibus,

eu acho que foi em 1937, eram uns ônibus velhos chamados “baú”. Eles pegavam os funcionários que ficavam aqui em Campinas. Na medida que iam construindo casas, ele iam saindo de Campinas e iam pra lá. (Sebastião Barbosa, 1980)

O quantitativo dos que chegavam aumentava a cada dia. O Estado se vê na contingência de responder a esta situação. Para tanto, constrói alojamento à margem direita do Córrego Botafogo. O espaço planejado para a cidade se estendia até a margem esquerda do Córrego Botafogo, sendo, portanto proibidas as construções do outro lado. Assim o córrego se transforma num divisor espacial e de classes sociais. Na margem direita, originalmente reservada para módulos de chácaras, os trabalhadores construíam suas casas, dando origem à Vila Nova: ranchos de capim, casas de madeiras, barracões de depósito. Relatório apresentado por Jerônimo Coimbra Bueno fala da construção desses alojamentos:

Só o alojamento, para uma população operária que orça em mais de 1.000 pessoas (operários, suas famílias e agregados), num local inteiramente virgem, onde há 3 anos não existia uma única morada, só esta parte, a ser executada de acordo com as exigências mínimas de um padrão moderno e tolerável de vida, exigiria quase tanto se gastou com a totalidade das obras. A maioria dos ranchos operários custou menos de 100.000 cada. As casas de madeira, feitas com rapidez, sempre para satisfazer necessidade imediata de alojamento do pessoal mais classificado das obras foram feitas com a mais restrita economia e constituem o mínimo abrigo que poderia tolerar para viver [...]

No início da implementação do projeto de Goiânia, já se pode perceber diferenciação social no tocante à habitação. Para mão-de-obra menos qualificada foram construídos ranchos de capim, enquanto para os mais qualificados construíram-se casas de madeiras. Entre os últimos, estavam os trabalhadores – pedreiros, mestres-de-obras e estrangeiros.

Os operários da época eram conscientes desta situação. É com muita amargura que Francisco Higino recorda:

Chegamos e fomos morar numas casinhas muito ruim, de capim, lá na beira do córrego Botafogo. Não tinha conforto, não. Era muito triste. Aqueles estrangeiros, de pouca conversa com nós, morava melhor. Casinha mais arrumadinha, salário melhor. Ou a gente concordava ou ia embora. Eu tava muito cansado de viajar. (Francisco Higino)

Os que foram chegando aos poucos, dispersamente, sozinhos ou com suas famílias, sem prévio contato de trabalho, iam se agrupando à população já residente às margens do Botafogo.

**Voltemos ao relato de Francisco Higino:**

A vida era dura. E a gente tinha de ajudar uns aos outros. Assim que eles iam chegando, a gente entrava de sociedade, fazia o barraco pra um e pra outro [...] O Estado não entrava com nada. O material, o pessoal tinha que conseguir por conta própria mesmo. Tudo de noite, pois de dia a gente tinha que dar duro nas obras. Sabe, mas era divertido, aqui não tinha diversão mesmo. Aí a gente contava causo e recordava cada um de seu lugar. (Francisco Higino)

Assim, a margem direita do Córrego Botafogo ia se adensando à medida que novas moradias iam sendo construídas, formando bairros operários periféricos ao plano urbanístico. E uma situação de segregação espacial urbana, no início da edificação da cidade. Desde o início o plano de Goiânia era excludente, uma vez que nele não configurava espaço suficiente, capaz de receber em condições adequadas, esta categoria de trabalhadores. A questão da moradia constitui um dos primeiros fatores de confronto entre a expectativa dos que aqui chegavam com as condições concretas de vida que teriam de enfrentar daí por diante.

Os relatos dos moradores da margem direita do Botafogo permitem reproduzir uma radiografia do cotidiano vivenciado nos alojamentos e barracões. Descrevem um cenário pouco confortável, dadas as condições ambientais – quente e úmido –, com péssimas condições de higiene, camas feitas de forquilhas e tábuas, instaladas próximas uma das outras, favorecendo a proliferação de doenças, piolhos, pulgas, muriçocas e outros insetos, situação que os obrigava a ficar ao redor de fogueiras até que o sono chegasse de vez. As condições sanitárias eram as mais rudimentares possíveis. Não existia rede de esgoto, as águas escorriam por entre os barracões, através de reguinhos improvisados. Os sanitários consistiam em casinhas, com um simples buraco cavado no chão, facilitando a proliferação de insetos e a contaminação do solo. Os banhos, quase sempre eram



realizados nas águas do Botafogo. Alimentavam-se muito mal, geralmente sua comida era composta de arroz e verduras da época e muito raramente de carne, que ficava reservada para o fim de semana. No início da construção, a maioria deles levava marmita pronta para o trabalho. Possivelmente, foram eles os primeiros boias-frias, de Goiás.

As duras condições de vida, o isolamento em que viviam, a solidão e a saudade de seus familiares atuavam como elemento de solidariedade grupal e, mais moderadamente, como elemento de conflito. É comum, nos relatos, se referirem às soluções coletivas que eram dadas aos problemas individuais, relativos à saúde ou questões econômicas. Falavam também dos conflitos existentes entre moradores da região.

Quando perguntado sobre o policiamento na época, as respostas são vagas, lembrando, às vezes, um ou outro nome de algum policial. Alguns se referiam à existência da Vila Militar no Bairro Popular, na Rua 59, e aos nomes de alguns coronéis e soldados. Outros diziam que “não era grande o número de polícia”.

A pouca expressividade de força militar, na memória dos construtores, nos sugere que o contingente da força policial não tinha muita importância, ou que, pelo menos, Pedro Ludovico conseguia manter o controle sem ter de lançar mão ostensivamente de formas coercitivas oficializadas.

A força de trabalho feminina, nesta época, não fugia às determinações gerais da sociedade brasileira. À mulher estavam reservado o trabalho doméstico ou atividades subsidiárias que funcionavam como uma extensão do trabalho doméstico: a atividade de costureira, pequenos concertos, já que eram raras profissionais dedicadas a tais ofícios no município.



Os primeiros alfaiates se instalaram em Goiânia por volta de 1939, quando a cidade já dava mostras de consolidação. Pedro Ribeiro foi um dos primeiros a se instalar em Goiânia, fundador do Sindicato dos Alfaiates e da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Goiás.

Vim pra Goiânia em 1943, vim do Piauí. Lá na minha terra, já tinha iniciado minha profissão. Era aprendiz de alfaiate. Quando cheguei aqui, já existiam alfaiates. Comecei a trabalhar na alfaiataria Pé da Terra. João Pé da Terra, Pacheco e outros. (Pedro Ribeiro dos Santos)

No tocante à educação, os que aqui chegavam, salvo poucas exceções, não haviam passado pela escola. Os que sabiam ler e escrever tinham “aprendido com a vida”. As primeiras escolas foram construídas por volta de 1937, o mesmo ano em que o Lyceu de Goiás foi transferido da antiga capital para Goiânia. A partir de então, praticamente deixaram de existir problemas relativos à oferta de vagas.

Meu grau de instrução era zero, porque estudei apenas seis dias no Maranhão, em 1916. Meu pai contratou um professor e ele ficou seis dias, de segunda a sábado e isso ele esgotou, porque ele usou muita violência com um aluno. Até era conhecido por Doca [...] O pai da minha mãe criticou a violência praticada por ele. Ele se aborreceu e no dia seguinte viajou, não sei pra onde. Nem recebeu os salários relativos à semana de escola prestada. Esta escola me serviu pra viver até hoje [...] Depois, meu pai contratou uma professora, Maria da Glória Negreiros, ela ficou seis meses lá em nossa casa. Com ela, eu aprendi a escrever e aprendi a fazer contas de somar e diminuir. Multiplicar e dividir ela não sabia [...] Os meus filhos pelo menos estudaram. Tirei atestados de pobreza e matriculei meus filhos no Liceu. (Vitorino de Freitas, carpinteiro, chegou a Goiânia em 1939)

Na voz dos construtores, o atendimento à saúde era muito precário, não existindo uma política de tratamento preventivo por parte do Estado. Havia apenas um médico (clínico geral) e um dentista para atender todos os casos de enfermidades em geral de maneira improvisada e em lugares impróprios. Os casos mais graves eram levados para centros mais desenvolvidos como Uberaba ou Anápolis. Segundo Vitorino, “o médico era uma espécie de posto de saúde do Estado”. Para Sebastião Barbosa, “não havia hospitais, a não ser em 1937, ali na Rua 3 tem um prédio que foi adaptado em hospital e cujas adaptações fui eu que fiz. E a Santa Casa é de 37.” Os casos menos graves eram tratados com “medicina caseira”, de uso generalizado entre os habitantes da margem direita do Córrego Botafogo.

No cotidiano dos que construíram Goiânia o lazer relaciona-se ao aspecto associativo formando momentos de alívio do cansaço, das tensões e das duras condições de vida. Não é difícil imaginar que o lazer também funcionava na base da improvisação. Os depoimentos relatam os arrasta-pés, os bailes, os passeios nas casas dos vizinhos e inclusive do rádio que proporcionava momentos de muita alegria.

Neste período, em Goiânia, o rádio constituía o único meio de comunicação disponível, através do qual os trabalhadores tinham acesso às informações nacionais e estrangeiras. Servia como mediador entre o mundo e a região goiana, que até então se encontrava numa situação de quase total isolamento. Já os mais ricos, indivíduos que trabalhavam na administração pública, engenheiros, mestres-de-obras, os “estrangeiros”, se divertiam fazendo churrascos, nos fins de semana, nas margens do Meia Ponte.

É, era só arrasta-pé, viu? Era um forró daqueles violentos, né, aqui tinha mais forró [...] Ouvir o rádio naquele tempo era rico, né! Nem qualquer pessoa podia possuir rádio, né. Mas sempre a gente ouvia. Naquele tempo a gente só via fala em Getúlio Vargas, era assim [...].

**Sebastião Barbosa se lembra dos bailes e dos rádios:**

As namoradas eram em Campinas. Tinham belas morenas por aqui. Eu também arrumei as minhas aqui em Campinas. Acabava com uma, arrumava outra. [...] Havia bailes sempre. De sábado pra domingo havia baile. Principalmente em Campinas e também lá na região do Botafogo. [...] Tinha também serviços de alto-falantes instalações nas praças públicas que também soltavam umas notas ali pelas dez horas da noite. Esses alto-falantes também forneciam os serviços de diversões à noite. Também ao redor destes alto-falantes era o piseiro dos namorados [...] Mas o rádio era o grande veículo de comunicação. Ficávamos sabendo do mundo inteiro, e outros que não tinham aparelho de rádio fazem igual hoje com a televisão. Iam para as casas dos vizinhos assistir o rádio botavam aquelas antenas longas em cima das casas pra dizer que ali tinha um rádio. Exatamente igual a T.V. [...].

**Otávio se lembra da prostituição:**

Se havia prostituição? Havia e muita [...] Campinas tinha este tipo de vida fácil, no Botafogo também. As mulheres alegres [...] E os trabalhadores iam lá se divertir. Tinha de ir mesmo. Não tinha outro tipo de diversão mesmo. Também a vida era dura. Se a gente não se divertisse a gente morria de isolamento [...].

**Amália Hermano chegou a Goiânia em 1937, era professora. O seu relato revela o contraste existente nos espaços de lazer dos que moravam na cidade planejada e os que habitavam o outro lado do Botafogo:**

Em Goiânia não existia lazer. Nos dias de domingo e feriados os trabalhadores e a população em geral iam para a beira do Meia Ponte fazer churrasco. A festa máxima de Goiânia era o churrasco. O churrasco era forma de união entre as pessoas. Eu até tenho uma fotografia juntamente com o Venerando de Freitas. Ali onde é o Country Clube, no córrego Santo Antônio, a gente também fazia churrasco. Ali era uma confraternização, quando o Getúlio Vargas veio aqui nós fizemos um churrasco [...]

Os trabalhadores repartiam sua fé entre várias instituições religiosas. Já no início da construção de Goiânia levantou-se uma capela no fundo da atual Igreja Matriz. Existia, também, Centro Espírita. Em 1937 foi construída a sede do centro espírita que mais tarde passou a ser sede da Federação Espírita Goiana. Em 1937, também foi construída a primeira Igreja Batista de Goiânia e depois a Assembléia de Deus, no Bairro Popular.

O comércio só vai ser organizado em Goiânia quando os primeiros prédios do centro administrativo ficam prontos e servidores públicos deixam a cidade de Goiás e se instalam definitivamente em Goiânia. Porém, só a partir de 1945 é que o comércio local ganha corpo e autonomia do existente em Campinas. Até então, era em Campinas que a população de Goiânia encontrava uma maior diversificação em termos de produtos e marcas.

### **O mundo do trabalho**

O cotidiano extratrabalho vivenciado pelos construtores de Goiânia era permeado e contextualizado pelo mundo do trabalho. Este, mesmo sem uma lógica previamente determinada, elaborava processos contínuos de controle do operariado dentro e fora das obras, através de manipulações com os salários, de mecanismos filantrópicos, discursos sobre a esperança de construir uma “vida digna em Goiânia” e a da própria insegurança gerada pelos temores de perder o emprego, visto tratar-se de mão-de-obra (atraída pela construção) com poucas alternativas profissionais.

As relações no mundo do trabalho reservavam especificidades no tocante a autonomia e participação social. Os construtores – operários iguais em suas condições de vida e vivenciando um mesmo cotidiano –, se expunham frontalmente, no dia-a-dia, aos grupos e classes com interesses opostos aos seus. Em Goiás, o governo adota uma política com predomínio de relações coronelísticas. Porém, em que pese essas condicionantes, as forças hegemônicas no Estado assumem o discurso do desenvolvimento, da modernização e do progresso, ideologias que serão amplamente absorvidas pelos trabalhadores.

Os equipamentos utilizados eram rudimentares e na sua maioria de propriedade do Estado, ou na responsabilidade deste, sob a forma de empréstimo de outros centros. Os materiais para construção eram escassos, mas segundo depoimentos de Sebastião Barbosa, não chegavam a faltar, apenas condicionavam o ritmo das construções: “o que mais faltava era tijolo comum e telha francesa, mas obras do Estado não paravam nunca”.



A mão-de-obra era recrutada e contratada pelo Estado, pelas empresas e, sob a forma de empreitada, pela categoria que os operários denominavam de “patrão-operário”. Adolfo Boari nos conta de Antônio César, que “pegava a empreitada de obras, mas num era patrão não, era trabalhador também. Ele pegava empreitada de obras, não era direto, era patrão-operário, ele era empreiteiro, um negão forte e musculoso”.

A qualificação exigida para o trabalho na obra constitui, desde o início da construção, um sério entrave, que, ao lado dos escassos recursos financeiros, atuou como fator de atraso do processo construtivo. O treinamento e preparação da mão-de-obra ficavam sob responsabilidade dos trabalhadores mais especializados, principalmente estrangeiros. A história de seu Vitorino é muito ilustrativa da história dos muitos que chegaram nestas condições:

De lá de Nerópolis eu vim pra Goiânia, tentar serviço. Lutei e consegui um serviço de carpinteiro. O mestre-de-obras perguntou: ‘De que você trabalha?’ Eu aventurei, eu precisava ganhar, que eu não queria furtar. ‘Sou carpinteiro’. E ele me admitiu como carpinteiro. Trabalhei na construção da Praça Cívica, do Cine-Teatro Goiânia. Aqueles meios fios curvos que tem ali, o mestre-de-obra mandou que eu fizesse as formas curvas e eu não sabia. Eu perguntei: ‘Como é isso?’ E ele me ensinou. ‘Você pega um prego, mede-se, põe um arame, enfia, mede seis metros e faz a fôrma do tamanho que você achar conveniente [...]’

Como Vitorino, muitos outros se formaram como construtores através do mesmo processo. Não apenas se formaram pedreiros, mestre-de-obras, carpinteiros, mas constituíram parte da classe trabalhadora urbana.

O conhecimento que os trabalhadores tinham das garantias trabalhistas outorgadas por Getúlio Vargas e o cumprimento delas pelas empresas da construção civil, públicas ou

privadas pautava-se na existência de um extenso leque de alternativas, tanto pelas diferentes modalidades de contatos trabalhistas quanto pelos vários graus de conhecimento e consciência que estes tinham a respeito das garantias trabalhistas.

As relações trabalhistas na construção de Goiânia eram constituídas por uma mescla graduada, que partia das modalidades mais arcaicas, próprias das tradições do mundo do trabalho rural, aproximando-se ao que havia de mais moderno, derivadas das inovações trabalhistas produzidas pelo governo central. O Estado, ao mesmo tempo em que realizava contratos dentro de parâmetros exigidos pela nova ordem legal, utilizava-se também do sistema de empreitada.

Salário mínimo aqui em Goiás ninguém conhecia, ninguém sabia. O salário mínimo era de 153,00 cruzeiros por mês, mais isso era aplicado de Uberlândia pra lá [...] Aqui não se respeitava o salário mínimo [...] Nem o Estado. Depois é que veio essa conciliação. Aí, né, que criou a comissão de salário mínimo é que então foi vigorando. Mas esta parte aí dos operários lutaram, pediram, reivindicaram reunião o sindicato, levaram lá o pessoal do Ministério do Trabalho. Eu me lembro, sim, tinha um fulano chamado dr. Osório [...] Ele parece que foi o primeiro representante do Ministério do Trabalho em Goiânia. (Brice).

Pagamento não era feito semanalmente e nem mensalmente. Que eu trabalhei para o Estado, eu recebia mais ou menos, em quatro meses eu recebia em um mês. Tanto que tinha aí um agiota de nome Raimundo Nunes, um piauiense. Era o meu agiota. Todo mês eu vendia o meu salário pra ele, com desconto de 20%. Dava procuração e vendia o salário. (Vitorino)

**Não havia padronização da jornada de trabalho. Embora os trabalhadores tenham consciência das oito horas diárias de trabalho, comentam que:**

Eram oito horas. Naquele tempo Getúlio Vargas já tinha criado as oito horas de trabalho diário. Quando a gente era convocado pra trabalhar à noite, em momentos de atrasos das obras, eles pagavam as horas-extra eu não tenho conhecimento, não me lembro se eles pagavam de acordo com a lei. Ma que pagava, pagava. (Raimundo)

Não, não tinha não, tinha horas não. Enquanto enxergasse tinha que trabalhar até à noite. Não tinha iluminação ainda. Afinal de contas a empresa trazia algum motorzinho [...] assim pouquinho tinha. Para trabalhar tinha. (Brice)

**Os operários tinham que comprar seus instrumentos:**

Quando cheguei aqui, não tinha nada, só a roupa do corpo. Aí comecei a trabalhar de servente. Fui observando, espiei e falei assim: tenho de economizar, que é pra poder comprar uns instrumentos, pra ser, quem sabe, marceneiro. (Raimundo).

**Sobre acidentes de trabalho os trabalhadores afirmam que as empresas, estatais ou privadas não pagavam indenizações. Segundo Vitorino “por baixo dos meio-fios da Praça Cívica, das pedrinhas [...] está escondido muito sangue dos operários”.**

No tocante ao pagamentos o que se evidencia é a lembrança do baixo poder de compra dos salários dos operários e de todo um sistema de exploração a que eram submetidos. Às vezes tinham de realizar “biscates”. Por outro lado, configuravam-se formas específicas de exploração, como o sistema de vales, os barracões do Estado e da venda de lotes aos operários. Vitorino era um grande realizador de biscates, conforme constata a sua fala:

Quando o Estado atrasava, ou mesmo quando o salário era pouco, eu mantinha a minha família durante a semana fazendo servicinhos que a gente chamava de biscate. Eu era um biscateiro aos domingos e feriados. Trabalhava quase todo dia e noite, às madrugadas também. Tem uma velha na Vila Nova, a dona Nenê, eu me recordo, que eu assentei umas porta dela [...] era de madrugada, pra ganhar com que comprar carne [...] era uma chacinha. Nesse tempo eu assentava porta de madrugada, no barracão de dona Nenê [...]

No que se refere ao sistema de vales patrocinado pelo Estado, todos os entrevistados tiveram de perto alguma experiência. Frente aos atrasos constantes de pagamentos e à possibilidade de mobilização por parte dos operários, o Estado cria alternativas que dessem soluções temporárias a esta problemática. Para tanto eram emitidos vales, e instalou-se um barracão-armazém para servir ao operariado.

O sistema de vales, também denominado autorizações de pagamentos, pode ser definido como “espécie de dinheiro com que o Estado pagava aos trabalhadores e que circulava na cidade (e em Campinas) sendo recebido pelos comerciantes com desconto de 20, 30 e até 40 por cento, devendo depois ser regatados pela Diretoria da Fazenda Estadual” (Campos, 1980). Este sistema passou a funcionar como um tipo de moeda paralela à moeda oficial, com alto grau de liquidez no mercado, pois eram descontados com comerciantes e agiotas particulares, imediatamente após o recebimento. Portanto, o vale se revestia de uma dupla forma de expropriação do trabalhador, inclusive por parte do Estado, na medida em que o seu uso viabilizava o atraso do pagamento em períodos de até cinco a oito meses, e permitia administrar de forma mais eficiente os recursos destinados à construção da cidade.

Numa outra linha, também como mecanismo de expropriação, situam-se as vendas de lotes. Segundo Miguel Kunisch, que trabalhava na Superintendência de Obras com um dos responsáveis pela distribuição dos lotes, foi dado a ele parte dos lotes do Estado para ser distribuído apenas aos operários, como condição de que em dois anos teriam de construir suas casas. Muitos operários receberam estas doações, porém, em sua maioria, não conseguiram terminar a construção de suas casas. Os constantes atrasos salariais os obrigavam a colocar à venda seus lotes, muitos deles com construções inacabadas, por um valor bastante inferior ao preço de mercado. ↘

## **Entrevistados**

Milton Santana, Sebastião Barbosa, Geraldão – Geraldo Marques da Silva, Basileu, Expedito Higino, Francisco Higino, Olivaldo Moura, Santos, Vitorino, Otávio, Pedro Ribeiro dos Santos, Zeferino, Miguel Kunisch, Amália Hermano, Antonio Teodoro da Silva, Adolfo Boari, Brice Francisco Cordeiro, José Sobrinho, Tibúrcio de Oliveira, Maria de Oliveira Magalhães.

## **Referências Bibliográficas**

CAMPOS, Francisco Itami. *Questão agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese, Doutorado. USP, 1985.

\_\_\_\_\_. “Operários na construção de Goiânia”. *Jornal Opção*, p. 11, 24.10.1980.

\_\_\_\_\_. “Mudança da capital, uma estratégia de poder” in: *Problemas urbanos de Goiânia*. Goiânia: Fundação Indur, 1980.

“Encarte.” Suplemento Dominical do *Jornal Opção* de 24.10.80.

*Diário da Manhã*. Edição Histórica, 24.10.83.

\_\_\_\_\_. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: Difel, 1967.

*Informação goyana*. Rio de Janeiro, vol. XVI, n.12, julho 1932.

*Jornal O Popular* – todos os exemplares de 1929 a 1948.

*Jornal O Estado de Goiás* – todos os exemplares de 1927 a 1954.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Como e por que construí Goiânia*. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 1942.